

Geopolítica das Megapolís

Tenente-coronel
Jorge Manuel Dias Sequeira



Introdução

As Cidades são “pólos de atracção irresistível, as áreas urbanas alojarão em breve metade da população mundial. A forma como se adaptarem definirá o século XXI” (Zwingle, 2002, 80). Esta frase foi o ponto de partida deste trabalho através do qual procurámos responder à questão: qual é o significado geopolítico das Megapolís?

Tendo em consideração o leque de matérias que a geopolítica abrange, ou seja, a sua interdisciplinaridade, foi definida por Josué de Castro como aquela que “estabelece as correlações existentes entre os factores geográficos e os fenómenos de categoria política a fim de demonstrar que as directrizes políticas não têm sentido fora dos quadros geográficos, isto é, destacados da realidade e das contingências do meio natural e do meio cultural (...). É apenas um método de interpretação da dinâmica dos fenómenos políticos em sua realidade espacial, com as suas raízes mergulhadas no solo ambiente” (in Correia, 103).

Com este trabalho tivemos como objectivo identificar os aspectos positivos das Megapolís e quais as dificuldades a ultrapassar tendo em consideração a “sua realidade espacial”, caracterizar o fenómeno da urbanização, localizar geograficamente as Megapolís e elaborar uma perspectiva de evolução.

Para isso articulámos o tema da seguinte forma: caracterizámos e delimitámos o conceito de cidade e megapólis e as funções que desempenham, apresentámos a localização geográfica das megapólis em três épocas (1950, 2000 e 2015) e o fenómeno da urbanização, caracterizámos as megapólis e apontámos a necessidade de as compreender, dada a complexidade de redes que as envolvem, de forma a elaborar “estratégias” para o seu desenvolvimento e para a melhoria do nível da qualidade de vida dos seus habitantes. Num outro ponto abordámos a temática das cidades globais salientando as relações hierárquicas das cidades, a competição entre elas e quais os serviços que proporcionam, seguidamente referimo-nos à possível evolução das megapólis, quais os possíveis meios de ultrapassar as dificuldades que atravessam, dado o aumento da população urbana e da globalização; terminámos apresentando algumas considerações finais.

Desde a sua origem, a noção de pertencer à cidade, a uma colectividade organizada que reúne um conjunto de cidadãos, atrai o Homem. Contudo as dimensões e os problemas que lhe estão associados transformaram as cidades, principalmente as megapólis, em locais com uma qualidade de vida deficiente, sendo assim fundamental ter como meta a sua requalificação tornando as cidades justas, sustentáveis e solidárias neste milénio.

1. Caracterização e Delimitação das Megapólis

As cidades apareceram na antiguidade, primeiro na Mesopotâmia e depois no Egipto, Turquia e China, contudo a sua definição não é fácil, em virtude de os espaços urbanizados diferirem conforme as zonas geográficas e os níveis de desenvolvimento. “Cidade designa um espaço urbano com extensão limitada, em oposição ao espaço rural envolvente” e define-se com maior precisão pelas suas características demográficas, morfológicas, funcionais e pelo seu papel económico e social (Baud, 1999, 39).

As cidades apresentam densidades populacionais superiores às zonas rurais envolventes; a sua morfologia caracteriza-se pela disposição dos bairros e pelas paisagens urbanas, destacando-se um povoamento denso e vertical, os seus habitantes (cidadinos ou urbanos) apresentam comportamentos e práticas sociais específicos, como, por exemplo, o anonimato que a cidade permite, sendo este ao mesmo tempo uma garantia de liberdade e uma fonte de angústia; as funções urbanas são específicas e privilegiam os serviços: funções de troca, saúde, banca, educação, investigação e serviços a empresas e particulares, entre outras; as cidades (excepto as cidades-dormitório) concentram, também, as funções de direcção e inovação e pela influência sobre as áreas envolventes, tem, muitas vezes, uma função política e administrativa (Baud, 1999).

As vantagens das grandes cidades são: a existência de economias externas interrelacionadas com a complexidade da produção de “produtos de ponta”, um grande mercado de consumo, infra-estruturas e equipamentos diversificados, mão-de-obra com qualificações diversas, serviços qualificados às pessoas e às empresas, uma diversidade cultural propiciadora da inovação social, facilidades para os trabalhadores, geralmente bem pagos e portadores de estilos de vida inovadores.

A cidade tem problemas específicos de grande dimensão, como a poluição, a segregação de bairros, a circulação e o estacionamento, entre outros, aos quais correspondem necessidades particulares dos quais destacamos os equipamentos, os serviços de recolha de lixo, os parques de estacionamentos, as ligações intra-urbanas e periféricas, as estações de tratamento. Estes problemas acentuam-se nas cidades dos países em desenvolvimento (Baud, 1999).

Para efeito deste trabalho consideramos que as cidades com cinco milhões de habitantes, ou mais, constituem uma grande cidade, designada por alguns autores por Megapolís. A urbanização aumentou muito século XIX, nos países industrializados, dada a revolução industrial; no século XX, este fenómeno, generalizou-se aos países em desenvolvimento e acentuou-se nos países industrializados.

Em 1950 existiam oito Megapolís¹, das quais quatro encontravam-se na Europa, como se observa na figura 1.

O aumento da população e o fenómeno da urbanização estão inter-relacionados, pois se inicialmente há um aumento da taxa de urbanização o que leva ao crescimento das cidades, posteriormente existe uma descida da fecundidade o que origina um crescimento urbano moderado. Este processo já ocorreu nos países industrializados, o mesmo não aconteceu nos países em desenvolvimento, contudo este processo não é idêntico em todas as regiões em desenvolvimento (Baud, 1999), como iremos observar no ponto seguinte.

2. Distribuição Espacial das Megapolís

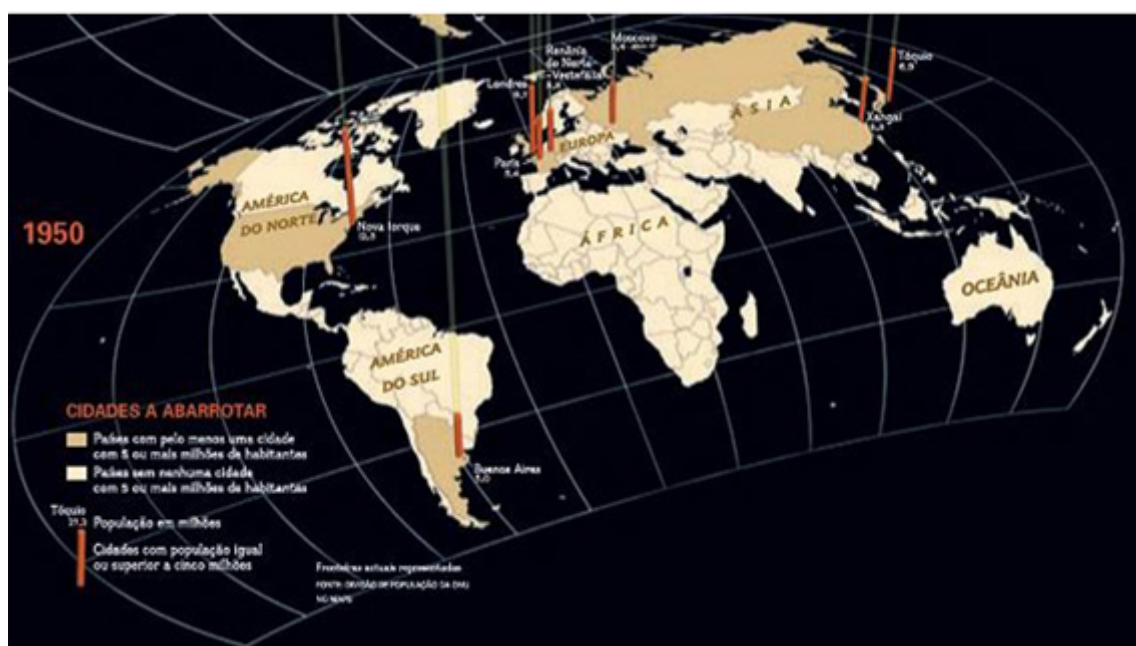
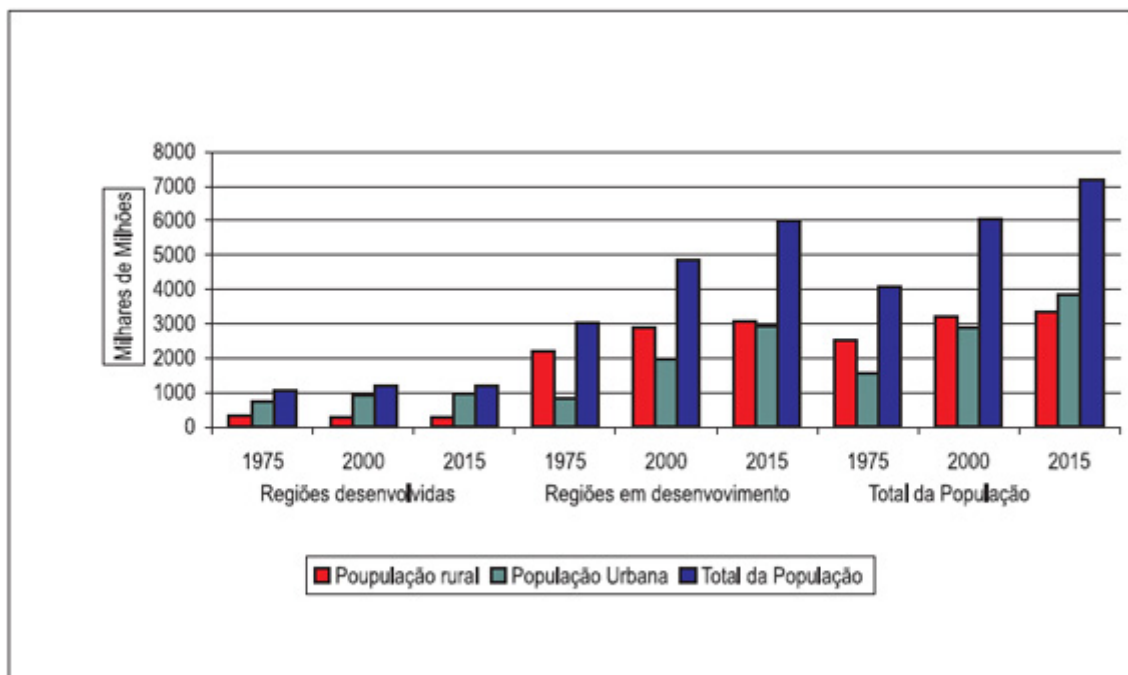


Figura 1 - Megapolís em 1950

Fonte: Zwingle, 2002

A urbanização no mundo tem evoluído muito, prevendo-se que em 2015 a população mundial a viver em áreas urbanas ultrapasse a população a viver em zonas rurais. Verifica-se, também, que nas regiões desenvolvidas a população urbana é superior à rural desde 1975, ao invés nas regiões em desenvolvimento a população urbana só será idêntica à rural em 2015 e superior à rural depois desta data, figura 2.

Figura 2 – Distribuição da População Mundial



Fonte: World Urbanization Prospects, 2002

A agravar, ainda, o fenómeno da urbanização está o facto da grande maioria das cidades se localizarem junto de zonas ribeirinhas, como se constata na figura 3. Este fenómeno está associado ao “nascimento” e desenvolvimento das cidades que ocorria junto à foz dos rios.

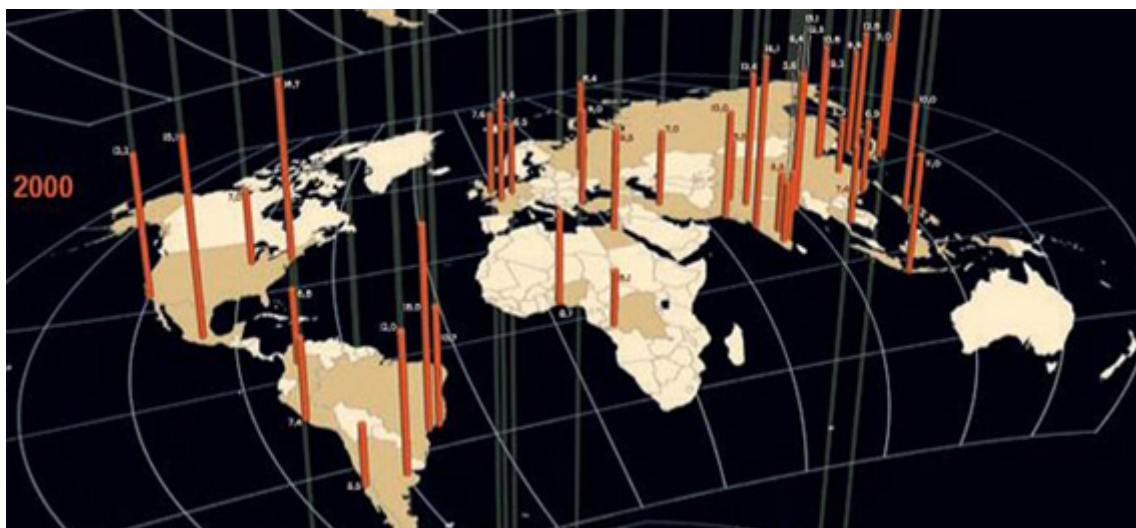
A urbanização caracteriza-se actualmente pela concentração de pessoas nas grandes cidades, o que conduz a que estas atinjam uma enorme dimensão geográfica ficando desproporcionadas às cidades que lhes seguem na rede urbana, como é o caso de Londres e Paris. No entanto este fenómeno acentua-se no hemisfério sul (Baud, 1999). A urbanização associada ao fenómeno da globalização² aumenta o fosso entre ricos e pobres e nas Megapolís este fenómeno é ainda mais acentuado pois encontram-se “ilhéus de opulência” e situações de extrema pobreza o que impede qualquer tipo de comunicação entre “ricos e pobres” impedindo a miscigenação espacial e social. A violência instala-se podendo provocar graves roturas, indiciando uma tendência para a fragmentação da cidade num somatório de territórios estanques, fortemente autocentrados e com culturas próprias (Cordellier, 2000).

Face ao que acabamos de expor, é normal que o número de Megapolís venha a aumentar e a sua localização espacial privilegie o continente asiático, dado que é nesta região, em desenvolvimento, que reside mais de 50% da população mundial³. Como se constata pela análise das figuras 1 e 4 passou-se de oito Megapolís, em 1950, para 39⁴, em 2000, das quais 20 se localizam na Ásia.

Em virtude do exposto, é importante compreender este fenómeno por forma a decidir correctamente as orientações que a cidade deve seguir, com um duplo objectivo: resolver os seus problemas específicos e torná-las competitivas em relação às outras cidades, tanto a nível nacional como global. É este assunto que abordaremos no ponto seguinte.

3. O Funcionamento das Megapolís

Os sistemas urbanos das regiões desenvolvidas organizam-se espacialmente em “arquipélagos” e cada um deles especializa-se numa determinada função específica (comunicações, saúde, educação, entre outras) e desta forma existe uma complementaridade entre as diversas aglomerações o que lhes permite competir com regiões maiores (Ferrão, 1992). É por isso que alguns autores referem que as cidades médias deverão associar-se entre si e cada uma delas especializar-se em determinada função, evitando, desta forma, a concentração em Megapolís e com isso, todos os problemas inerentes às grandes cidades.



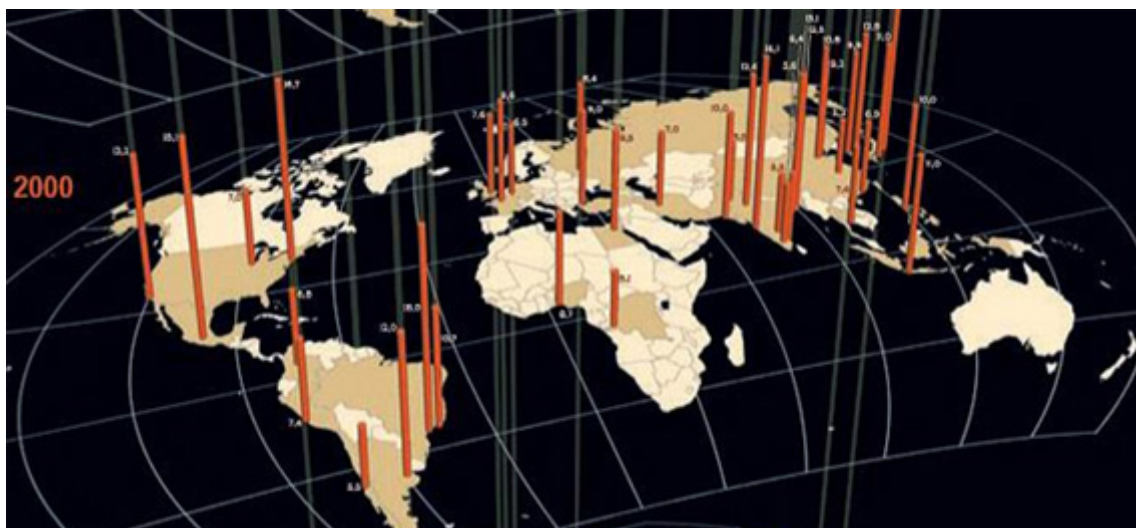


Figura 3 - A Terra na madrugada de 27-11-2000, evidenciando concentrações urbanas
 Fonte: NASA

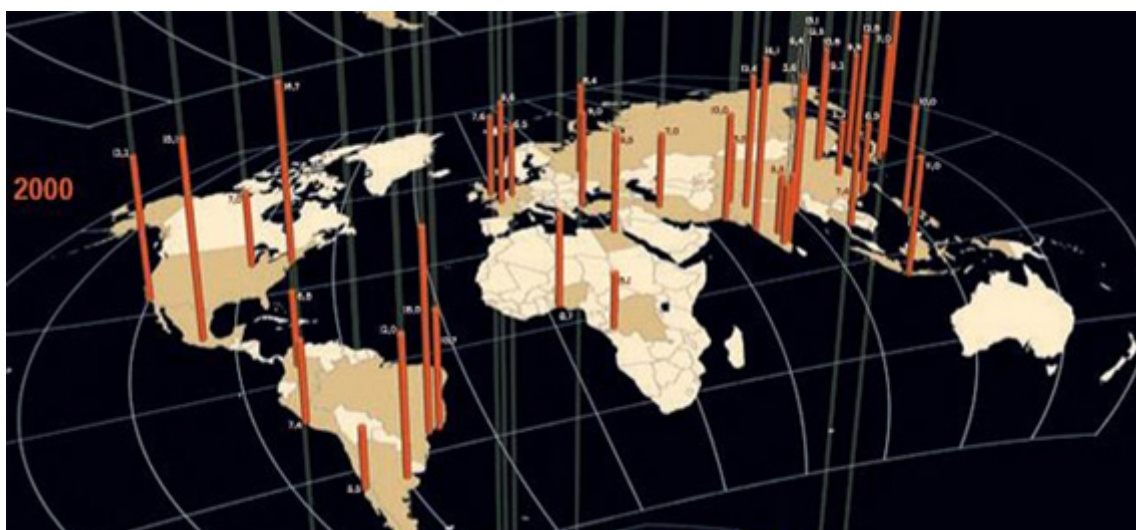


Figura 4 - Megapolís em 2000
 Fonte: Zwingle, 2002

Segundo alguns autores, os factores de desenvolvimento das cidades médias residem numa boa rede de comunicações (nacional e internacional), no nível de instrução e capacidade de investigação, na diversidade de oportunidades de emprego que disponibilizam, num núcleo urbano central eficiente, num ambiente residencial atractivo para os segmentos qualificados da população activa e um forte apoio a actividades de âmbito cultural. Em termos de políticas e gestão territorial implica a valorização de ambientes favoráveis à inovação social e económica, à concorrência com outras cidades, à mobilização dos agentes locais neste processo e a uma nova cultura política e de gestão. Assim, um conjunto de cidades médias formaria uma rede urbana competitiva onde a qualidade de vida seria superior à das Megapolís, não sendo contudo o que se verifica actualmente.

Com efeito, assistimos ao surgimento de cidades cada vez maiores, pois são nestas que surgem as maiores oportunidades e onde a globalização do capital se organiza a partir dos “megaespaços urbanos”, diferenciados na sua localização física e na sua história. Espaços que irradiam a sua civilização, impelidos pela acção, no seu interior, de grupos dinamizadores com tradições culturais diversificadas e forte identidade. Esses espaços-cidades concentram e agregam funções - financeiras, industriais, científicas, tecnológicas, culturais e políticas - que se articulam e se inter-relacionam por sistemas de formação que fornecem os quadros e os dirigentes das empresas e dos Estados. “Os espaços são articulados, essencialmente, em torno das grandes megapolís do eixo Norte-Norte, os quais, por sua vez, se vinculam, de forma selectiva, com centros de poder na megapolís no eixo Sul-Sul” (Dreifuss, 1996, 153).

Com efeito e como refere Genro (2003), a concentração de poder está determinada, por um lado, pela força “normativa” do capital financeiro, que controla a economia global, que sujeita os Estados nacionais, política e juridicamente, a harmonizar o desenvolvimento económico interno com o novo processo de acumulação, sendo para isso necessária uma alta coesão das elites locais em torno do “caminho único” da globalização; por outro lado, a incapacidade da representação política do Estado Moderno, de criar uma coesão social baseada em valores universais, que apontem a solidariedade e a condição de menos desigualdade, como elementos permanentes de uma ordem democrática.

A mudança estrutural dos padrões de acumulação, via 3ª revolução, da informática, microeletrónica, biogenética - revolução na informação, comunicação e produção - aprofunda as diferenças entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento e agrava, também, as diferenças internas nos próprios países, gerando a possibilidade de desemprego estrutural. As modificações na geografia humana das cidades reflectem tudo isso.

A instabilidade da oferta de trabalho gera populações migrantes, destruindo laços históricos, tradições e culturas. Exporta culturas e conflitos, para o espaço das grandes cidades, onde os fragmentos tornam-se unidades que têm conflitos entre si, como são exemplo os “gangs” ou “sub culturas” de tribos. Aliás, “a completa e, agora, patente subordinação da política aos ditames mais imediatos do determinismo económico da produção do capital é um aspecto vital dessa problemática. Esta é a razão porque o caminho para o estabelecimento de novas instituições de controlo social deve passar através de uma radical emancipação da política do poder do capital” (Mészáros, 1987, 56).

Uma política que vise o desenvolvimento das Megapolís, a ser elaborada ao nível do governo Central, implica a compreensão da cidade como um sistema⁵, a partir do reconhecimento de todos os seus componentes, como sejam (Igeo, 2003):

- a existência de um espaço-rede (Radkowski, 1967), que incluiu a dimensão cinética (movimento, velocidade) das redes técnicas e o conjunto das vias de circulação e

comunicação (terrestres, marítimas, aéreas, fluviais, cabos eléctricos) responsáveis pelo transporte de pessoas, bens (entre os quais a energia) e informações;

- as redes de telecomunicações que possibilitam “curtos-circuitos” na articulação de escalas geográficas, ou seja, o estabelecimento de relações directas entre microespaços e o espaço transnacional; é uma situação que amplia o “distanciamento espaço-tempo” (Giddens, 1991), e torna mais complexo o “curto-circuito” já detectado nas redes urbanas e atribuído à maior rapidez adquirida pelos meios de transporte (Santos, 1973). A rede urbana articula as cidades entre si mas não é a única rede responsável pela disposição e hierarquia das cidades no espaço geográfico;

- a configuração de tipo geométrico, como a do espaço-rede, não dá conta, por si só, da complexidade das organizações sócio-espaciais, seja na escala do global, seja na escala do local; as organizações sócio-espaciais constituem-se como um produto da resposta selectiva das populações diante do contexto ambiental em que atuam, contexto este, por sua vez, modulado pela relação entre processos sociais políticos e económicos localizados e datados (Lang, 1987; Santos, 1988);

- as múltiplas territorialidades possíveis, da dimensão institucional do território, quando este é definido como estado-nação, estado local, município ou cidade; não importa quão poderosas possam ser as grandes corporações multinacionais, elas não podem estabelecer-se como entidades políticas que governam uma determinada área territorial;

- a sociedade urbana designa hoje algo mais amplo do que os sectores organizados de capital e trabalho; está constituído por uma população crescente não produtora de mais valia;

- o binómio representativo da territorialidade humana procede da distinção entre movimento e permanência no espaço urbano; há movimento - como configurado pelo espaço das redes, e também permanência - como o ambiente construído “habitabilidade”, as conexões sociais, o sistema de valores e sua hierarquia, o sistema de propriedade, todos tem um certo grau de permanência no tempo e no espaço, mas podem variar, ou se combinar de forma variada, em cada lugar, tornando-se atributos de diferenciação e de territorialidade (Santos, 1988).

O “movimento brasileiro da reforma urbana” preconizando uma nova partilha da cidade, concebida e posta em prática graças ao envolvimento efectivo dos cidadãos, foi levada à prática em Porto Alegre, com grande sucesso e, por isso, considerada como exemplo a seguir. Apesar de esta cidade não ser considerada uma Megapólis, é apontada como modelo da invenção de uma nova civilização urbana que passará pela “tomada de consciência de uma questão prioritária: a da democracia e da construção de um novo espaço público” (Cordellier, 2000, 39).

As cidades globais, pelo controlo que exercem sobre a economia global, merecem uma atenção especial, dada a sua importância, pois apesar de não serem das mais populosas megapólis, elas encontram-se em países desenvolvidos localizadas em três continentes diferentes (América, Europa e Ásia).

4. As Cidades Globais

As cidades Globais⁶ concentram o controlo da economia global, são sítios fulcrais para empresas financeiras e firmas especializadas nos serviços, lugares de produção mais avançados, são grandes mercados para produtos, inovações e para capitais. Peter Hall designa as cidades mundiais como centros do poder político, do governo, do comércio, transportes e sistemas financeiros, bem como as funções a isso associadas, por outras palavras, sítios para concentração e acumulação do capital internacional, são usadas pelo capital global como “pontos chaves” na organização espacial e na articulação entre produção e mercados e são destino de muitos migrantes (Brotchie, 1995).

As cidades globais realizam a maior parte dos negócios entre elas, a uma escala global e com cidades de ordem inferior (cidades mundiais). Estes negócios globais consistem em manter uma elevada performance em serviços especializados, como serviços financeiros, serviços de “media”, educação, saúde e turismo (incluindo o negócio de turismo). Elas são invariavelmente lugares de bancos centrais, dos principais bancos (incluindo sucursais de bancos internacionais), grandes armazéns, companhias de seguros, sedes das maiores empresas (incluindo as transnacionais⁷), estações de televisão, jornais e revistas, editoras, maiores universidades, hospitais e principais aeroportos internacionais. A importância relativa entre elas é medida pelos valores dos fluxos de informação e pessoas: transações bancárias transnacionais, passageiros aéreos e assistências (Brotchie, 1995). Salienta-se que os fluxos entre cidades globais são superiores ao fluxo entre uma cidade global e a sua área metropolitana ou outras cidades hierarquicamente inferiores localizadas na sua proximidade.

As cidades globais exportaram algumas funções durante as décadas de 70 e 80, quer para outras localizações no seu espaço nacional (incluindo a sua área metropolitana) ou nalguns casos para outros países. Elas evidenciaram a situação paradoxal de grandes perdas de emprego em sectores tradicionais (indústria) e simultaneamente grandes ganhos noutros sectores (serviços; Brotchie, 1995).

John Friedmann (1986) considerou cidades globais: Nova Iorque, como receptora de grandes investimentos estrangeiros, Londres, como grande processador de capitais, dada a sua capacidade de mudar de uma actividade para outra, e Tóquio como grande exportador de capitais, ou seja, todas elas articulando capitais financeiros a nível global. Miami, Los Angeles, Frankfurt, Amsterdão e Singapura designou-as cidades mundiais uma vez que são “articulações de multinacionais”, e Paris, Zurique, Madrid, Cidade do México, São Paulo, Seul e Sidney cidades regionais uma vez são “articulações regionais importantes”, constituindo todas elas uma “rede”. Há outros autores que apresentam outras cidades e outras classificações.

Algumas destas cidades e outras não mencionadas, irão provavelmente ganhar importância na hierarquia das cidades. No ponto seguinte apresentamos as Megapólis da

Podemos pensar esse problema em dois diferentes níveis. Em primeiro lugar, as megapólis são muitas vezes entendidas como cidades globais ou mundiais, ou seja, que ultrapassaram fronteiras históricas e geográficas e que disponibilizam cultura, produtos e serviços semelhantes aos de qualquer outro grande centro mundial. Mas, por outro lado, os organismos de preservação do património, oficiais ou não, investem exactamente no estabelecimento de identidades e peculiaridades que diversifiquem um local dos demais, que lhe dêem a medida do raro, do diferente, do único. Assim, enquanto o discurso é global, o investimento no passado é sempre mediado pelo único, não raro pelo “exótico”. O passado das cidades torna-se, assim, um espaço que não possui nenhuma permanência dentro do presente, é como se o passado e a história fossem locais pitorescos a serem visitados, jamais forças activas dentro do presente (Meneguello, 2003).

A preservação do património nas grandes cidades, hoje em dia, remete-nos para uma identidade criada, ensinada ou forjada, visando atender aos imperativos do turismo, do consumo e da imagem corporativa de bancos e grandes empresas, contudo, não deve expulsar as populações tradicionais. Se pensarmos nas futuras megapólis na África e América Latina que têm que conciliar o passado dos colonizadores com o passado das populações locais, ou as práticas e edifícios nascidos desse encontro, a situação torna-se ainda mais complicada - como no caso paradigmático da cidade do México, onde se busca conciliar o passado dos astecas, o dos colonizadores e as necessidades da megapólis (Meneguello, 2003).

Logo, a preservação do passado nas grandes cidades, para possuir algum significado para as populações actuais ou futuras, deverá libertar-se da ideia de que o passado está morto e congelado, e propor hipóteses de qualificação do espaço urbano que recuperem a importância do passado na vida actual, compreendendo a constante transformação que faz parte do viver urbano (Meneguello, 2003).

Apesar de todos os problemas que as megapólis acarretam, começa a ser reconhecida, principalmente pelos economistas, a importância das cidades para o crescimento e bem-estar dos Estados. Pois, são lugares de encontro de pessoas e ideias, de troca de bens culturais, políticos e económicos, lugares de inovação e experimentação (Tavares, 2000).

Também, Hernâni Lopes considera as cidades criadoras de riqueza dos países, por isso devem “conceber e desenvolver uma estratégia” que dê resposta à questão “para que é que sirvo?” pois se não serve para nada, deixa de ter importância. O desenvolvimento da estratégia passa pela “compreensão dos mecanismos de desenvolvimento económico e social” e pela temática da cidadania, ou seja, o cidadão deverá contribuir para o desenvolvimento da cidade envolvendo-se na vida da comunidade e não ser apenas um “mero beneficiário da sua qualidade de consumidor” (Andrade, 2003).

Pelos dados apresentados podemos afirmar, com alguma segurança, que a urbanização está para ficar. A desconcentração, a explosão dos subúrbios, a desertificação dos centros urbanos ou, quem sabe, o caos urbanístico, serão possíveis evoluções das Cidades. A taxa de urbanização continua a aumentar diariamente e os presidentes das

Câmara das grandes cidades continuarão a ganhar estatuto social e peso político. Nada mais natural se considerarmos que é nas cidades que as pessoas vivem, são das cidades os problemas que vivem e querem ver resolvidos (Tavares, 2000).

Considerações Finais

As modalidades de ocupação do território, sua dinâmica e forma de reprodução espacial influenciam directamente a administração dos recursos no mundo de hoje. Entre estas modalidades cabe uma menção obrigatória às cidades. A cidade, particularmente a grande cidade moderna, tem desempenhado o papel de símbolo máximo do espaço artificial criado pelo Homem. O meio urbano do mundo moderno solicita um enorme volume de materiais, água e energia, indispensáveis para o seu funcionamento.

Compreender a escala dos impactos possíveis do meio urbano mundial reclama concentrar a nossa atenção para quatro factos estruturais básicos (Waldman, 2003):

- em primeiro lugar, os aspectos quantitativos da urbanização mundial. As cidades foram alimentadas por migrações numa escala sem precedentes na história. Como resultado, no início do Séc. XXI, metade da população mundial é urbana e existem 39 megapolís;
- em segundo lugar, os aspectos qualitativos desta urbanização. No passado, as cidades eram pequenas e ainda não haviam perdido seu vínculo com o meio rural. A partir do Séc. XVIII, a população urbana mostra tendência de concentrar-se em cidades cada vez maiores, constituindo-se as maiores manchas urbanas da história;
- em terceiro, as cidades modernas formam uma rede. Este conjunto mantém estreito relacionamento entre si, especialmente no plano económico. O meio urbano, constituindo o cerne da ordem económica, social e geopolítica existente, transforma o planeta inteiro dependente da rede mundial de cidades;
- em quarto, esta configuração urbana global articula as cidades em um conjunto hierarquicamente diferenciado, demograficamente polarizado e desigualmente integrado na economia urbana mundial. Nesta perspectiva, um dado relevante é a mudança das taxas de expansão da urbanização. Desde meados do século passado, o crescimento urbano deslocou-se para os países em desenvolvimento. Actualmente, cerca de metade dos 6 mil milhões de humanos está concentrada nas áreas urbanas. Das 59 cidades com mais de 5 milhões de habitantes, 47 estão situadas nos países em desenvolvimento. Esta parte do globo concentra, também, 14 das 17 cidades⁹ com mais de 10 milhões de habitantes, dados de 2001. Actualmente, das 21 maiores cidades do mundo, 13 são asiáticas (incluindo Tóquio, Osaka e Seul), 4 latino-americanas (Cidade do México, São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires), 2 africanas (Lagos e Cairo) e duas, nos EUA (Nova York e Los Angeles). Entretanto, a participação do “Primeiro Mundo” já foi bem maior. Em 1950, 7 das 15 maiores aglomerações situavam-se no Primeiro Mundo. Porém, esta proporção diminuiu para 3 no ano 2000. Para o ano de 2015, prevê-se que apenas 3 metrópoles do “Norte” (Tóquio, Nova Iorque e Los Angeles) constarão do ranking

das quinze maiores cidades do mundo. Neste mesmo ano, das 27 maiores metrópoles, somente cinco representarão o Norte: Nova Iorque, Los Angeles, Tóquio, Osaka e Paris, neste caso, ocupando a 22ª posição. É interessante assinalar que a Europa, justamente o berço da cidade moderna, não terá nenhuma das 21 maiores cidades do mundo em 2015. Na relação das grandes cidades do planeta, Londres, que sempre liderou internacionalmente o mundo urbano, estará ausente. As cidades europeias e americanas abandonam os seus postos. Assumem o seu lugar as megapolís periféricas, todas reunindo problemas gravíssimos, quase insolúveis. Estes serão ainda piores no futuro, pois em 2015, estima-se que a 2ª maior urbe do planeta será Dacca, capital do Bangladesh, com aproximadamente 22,8 milhões habitantes e Mumbai (Bombaim), na Índia, com 22,6 milhões de habitantes, ocupará a 3ª posição.

Claramente insustentáveis, as cidades dos países em desenvolvimento demonstram, que se de facto existe um novo mapa urbano mundial, a escala de prioridades deve acompanhar as necessidades por elas evidenciadas. E elas passam tanto pela revisão dos modelos de vida das populações do “Norte”, quanto pelo estabelecimento de políticas que elevem em curto prazo o padrão de vida de milhões de pobres e miseráveis urbanos do “Sul”.

As três cidades globais realizam, entre si, mais trocas (mercadorias, pessoas, informações e capitais) do que com cidades vizinhas, incluindo a sua área metropolitana ou outras cidades do mesmo País. Este facto realça o fenómeno da globalização que alicerçada na revolução tecnológica origina um aumento da rapidez e redução dos preços dos transportes, aumento da velocidade e facilidade de transmissão da informação, dando origem a que determinadas megapolís, como por exemplo Banguécoque, tenham edifícios idênticos aos das megapolís dos países do “Norte”, as lojas que vemos “nossos” centros comerciais são as mesmas que encontramos nos centros dessas cidades, o que, se por um lado, desvirtua as raízes culturais dos países, por outro lado, permite um intercâmbio e mistura de diversas culturas que poderá contribuir para o desenvolvimento das cidades.

As cidades simbolizam, hoje, a instabilidade fundamental, por isso só nelas podem ser provadas as emoções verdadeiras. É sobre estas que a humanidade constrói as suas alternativas, o que implica compreender, que tanto a revolução como a reforma se iniciarão e terminarão nas cidades: forma definitiva de organização da civilização, pelo menos por um largo período.

Bibliografia

ANDRADE, Vítor S. (2003). “As cidades precisam de uma estratégia” entrevista a Hernâni Lopes, in *Caderno Imobiliário do Expresso* (08-02-2003).

BAUD, Pascal et al (1999). *Dicionário de Geografia*. Tradução de Raquel Mota e João Atanásio, Editora Plátano, Lisboa.

BROTCHIE, John et al (1995). *Cities in Competition. Productive and Sustainable Cities for*

21st Century. Longman Australia, Melbourne.

COMISSÃO EUROPEIA (1995). *Europa 2000+ Cooperação para o Ordenamento do Território Europeu*. Políticas Regionais da Comunidade Europeia, Luxemburgo.

CORDELLIER, Serge (2000). *O Novo Estado do Mundo. 80 ideias-força para entrar no século XXI*. Tradução de Eduarda Castro, Joana Caspurro e Rapuel Mouta, Campos e Letras Editores, Porto.

CORREIA, Pedro de Pezarat (2002). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Volume I - Conceitos, Teorias, Doutrinas*. Coleção Andaimos do Mundo, N.º 3, Quarteto Editora, Coimbra.

DREIFUSS, René Armand (1996). *A época das Perplexidades - Mundialização, Globalização e Planetarização: Novos Desafios*. Ed. Vozes, Petrópolis.

FERRÃO, João (1992). "Principais contornos de um espaço em reconfiguração" in *Serviços e Inovação*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [22-27].

Friedmann, J. (1986). "The World City Hypothesis. Development and Change" in http://www.megacities.nl/lecture_hall.htm, em 03 de Fevereiro.

GENRO, Tarso (2003). "O Futuro das Cidades na Nova Ordem Global". (<http://www.portoalegre.rs.gov.br/democraciaparticipativa/Tarso%20Genro.rtf>, 31 de Janeiro).

GIDDENS, Anthony (1991). *As Consequências da Modernidade*. Rio de Janeiro.

GIDDENS, Anthony (2000). *O Mundo na Era da Globalização*. Tradução de Saul Barata, Editorial Presença, Lisboa.

GUZMÁN, Belén García (2003). "Gobernabilidad Y Gestión de la Ciudad dentro del Proceso de Metropolización Y Globalización: el Reto a Enfrentar en los Países Emergentes". (<http://www.xcongresoiberoamericano.com/comunicaciones/COM>, 12 de Janeiro).

LAMAS, Jose Manuel Ressano García (2003). "Algumas Ideias de Políticas para as Cidades". (<http://www.xcongresoiberoamericano.com/comunicaciones/COM>, 12 de Janeiro).

LANG, Y. (1987). *Auto-organization, bifurcation, catastrophe. Les ruptures de la Dynamique spatiale*, Bordeaux.

MENEGUELLO, Cristina (2003). (<http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid06.htm>, em 31 de Janeiro).

MÉSZÁROS, István (1987). *A necessidade do controle social*. Edições Ensaio, São Paulo.

PEREIRA, A. e GOMES, M. (1996). "Educação Ambiental e Geografia" in *Revista Inforgeo*, n.º 11, Lisboa, [135-150].

PUCHALA, rosa (2003). "A Requalificação de Áreas Centrais como Estratégia de Competitividade Global - Cidade de São Paulo". (<http://www.xcongresoiberoamericano.com/>, 12 de Janeiro).

RADKOWSKI, G-H. (1967). *L'Homme de la ville*, Paris.

RODRIGUES, A. Jacinto (2002). "A Água do Imaginário da Urbanidade" in *Jornal a Página*, n.º 118, Dezembro, Porto. (<http://www.a-pagina-da-educacao.pt/>, 12 de Janeiro).

SANTOS, M. (1973). *Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados*, Barcelona.

SANTOS, M. (1988). *Metamorfoses do Espaço Habitado*, S. Paulo.

SILVA, Rachel Coutinho Marques da (2003). "O Modelo, a Norma, a Cidade Ideal e a

Cidade Real: Considerações sobre a Forma Urbana e sua Apropriação na Cidade do Rio de Janeiro”.

(<http://www.xcongresoiberoamericano.com/>, 12 de Janeiro)

SOARES, Mário (2000). “Acesso à água, um direito humano” in *Expresso*, 25-03-2000.

TAVARES, José (2000). “Cidades para quê?” in *Expresso*, (05-05-2000).

WALDMAN, Maurício (2003). “Escala e Impactos da Rede Urbana Mundial”.

(<http://www.prof.com.br/mw/mw1.asp?TX=005>, 23 de Janeiro).

WORLD URBANIZATION PROSPECTS (2002). Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nation Secretariat, New York.

ZWINGLE, Erla (2002). “Cidades: pólos de atracção irresistível, as áreas urbanas alojarão em breve metade da população mundial. A forma como se adaptarem definirá o século XXI” in *Nacional Geographic*, Portugal, Novembro.

Sites na Internet

CM-OEIRAS (2003): http://www.cm-oeiras.pt/Boletim/1999_11/cidadania.html, 12 de Janeiro.

IGEO (2003): <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/p03pub003.htm>, em 31 de Janeiro.

ISCSP (2003): <http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/estados/america/brasil.html>, 12 de Janeiro.

* Trabalho de Investigação Individual realizado pelo autor no âmbito da Disciplina de Geopolítica, do Curso de Estado-Maior 2002/04.

** Major de Infantaria. Mestre em Geografia Humana, na Especialidade de Educação Ambiental, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

1 Nova Iorque, Buenos Aires, Londres, Paris, Renânia do Norte-Vestefália, Moscovo, Tóquio e Xangai (Zwingle, 2002).

2 No sentido dado por Anthony Guiddens (2000) em que a globalização é um fenómeno diversificado que está a reestruturar profundamente as nossas formas de viver enquanto humanidade e enquanto indivíduos, a vários níveis: economia electrónica global, ciência e tecnologia, relações interpessoais (casamento, sexualidade, família), cultura, tradição, religião e política.

3 Em 2001, existiam cerca de seis mil milhões de pessoas no mundo, das quais mais de 3 mil milhões viviam na Ásia (World Urbanization Prospects, 2002).

4 Los Angeles, Cidade do México, Chicago, Nova Iorque, Bogotá, Lima, Santiago, Buenos Aires, São Paulo, Rio de Janeiro, Londres, Paris, Renânia do Norte-Vestefália, Lagos, Moscovo, Istambul, Cairo, Kinshasa, Teerão, Carachi, Lahore, Deli, Mumbai (Bombaim), Dacca, Calcutá, Bangalore, Chennai (Madrasta), Haiderabade, Pequim, Tianjin, Wuhan, Seul, Xangai, Bangucoque, Hong Kong, Tóquio, Osaka, Manila e Jacarta (Zwingle, 2002).

5 A concepção baseia-se em que um sistema é “constituído por um conjunto de componentes que se encontram em conexão, a modificação de uma delas provoca modificações nas restantes componentes, elas próprias constituídas por elementos”

(Pereira e Gomes, 1996, 142).

6 Alguns autores, como Peter Hall, classificam as cidades em Globais, Mundiais, Regionais e Nacionais.

7 Localiza todas as suas actividades (incluindo a sede) no sítio economicamente mais favorável, integra todas as actividades à escala global e há uma grande liberdade de localização e re-localização.

8 Los Angeles, Cidade do México, Cidade de Guatemala, Chicago, Toronto, Nova Iorque, Bogotá, Lima, Santiago, Buenos Aires, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Londres, Paris, Renânia do Norte-Vestefália, Abidjan, Lagos, Moscovo, Istambul, Luanda, Cairo, Kinshasa, Bagdade, Jeddah, Teerão, Riade, Cabul, Carachi, Lahore, Deli, Ahmadabad, Mumbai (Bombaim), Dacca, Calcutá, Bangalore, Surat, Pune, Chennai (Madrasta), Haiderabade, Shenyang, Pequim, Tianjin, Chittagong, Yangor (Rangum), Hanoi, Chongqing, Wuhan, Seul, Xangai, Bangucoque, Ho Chi Minh, Hong Kong, Tóquio, Osaka, Manila, Jacarta e Bandung (Zwingle, 2002).

9 Tóquio (26,5), São Paulo (18,3), Cidade do México (18,3), Nova Iorque (16,8), Mumbai (Bombaim; 16,5), Los Angeles (13,3), Calcutá (13,3), Dacca (13,2), Deli (13,0), Xangai (12,8), Buenos Aires (12,1), Jacarta (11,4), Osaka (11,0), Pequim (10,8), Rio de Janeiro (10,8), Carachi (10,4) e Manila (10,1; World Urbanization Prospects, 2002).